

Fundação Papa João XXIII

FUNPAPA

Pedagogo

Edital de Concurso Público N°001/2018

FV032-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA

Cargo: Pedagogo

(Baseado no Edital de Concurso Público N°001/2018)

- Língua Portuguesa
 - Atualidades
 - Legislação
- Noções de Informática
- Conhecimentos Específicos

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina

Igor de Oliveira

Camila Lopes

Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto.	01
2. Tipologia e gêneros textuais.	06
3. Figuras de linguagem.	28
4. Significação de palavras e expressões.	31
5. Relações de sinonímia e de antonímia.	31
6. Ortografia.	36
7. Acentuação gráfica.	39
8. Uso da crase.	42
9. Divisão silábica.	48
10. Fonética e Fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos.	49
11. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto.	51
12. Locuções verbais (perífrases verbais).	51
13. Funções do "que" e do "se".	88
14. Formação de palavras.	89
15. Elementos de comunicação.	94
16. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação).	96
17. Concordância verbal e nominal.	107
18. Regência verbal e nominal.	112
19. Colocação pronominal.	118
20. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.	118
21. Elementos de coesão.	121
22. Função textual dos vocábulos.	123
23. Variação linguística.	126

Atualidades

1. Aspectos gerais do Brasil, do Estado do Pará e do município de Belém.	01
2. Temáticas atuais, relevantes e amplamente divulgadas referentes à História e Geografia do Brasil, do Pará e do município de Belém.	12
3. Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como: economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas.	12
4. Fatos da atualidade: locais e nacionais.	12

Legislação

1. Noções de Direito Constitucional:	01
1.1. Constituição: conceito e classificação.	01
1.2. A organização do Estado: poderes e funções.	07
1.3. A Administração Pública: princípios que a norteiam.	08
1.4. Princípios constitucionais da administração pública: princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.	08
2. Noções de Direito Administrativo.	10
2.1. Estrutura administrativa da Administração Pública.	10
2.2. Atos administrativos: conceito e requisitos do ato administrativo, atributos do ato administrativo, classificação dos atos administrativos.	10
2.3. Espécies de atos administrativos.	10
2.4. Requisitos do Serviço Público e Direitos do Usuário.	15

SUMÁRIO

2.5. Responsabilidade dos servidores: responsabilidade administrativa, responsabilidade civil, responsabilidade criminal, meios de punição, sequestro e perdimento de bens.....	23
Enriquecimento ilícito e improbidade administrativa, abuso de autoridade.	24
3. Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Belém: Lei n.º 7.502, de 20 de dezembro de 1990 - dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Belém, e suas alterações.	36
4. Lei Ordinária n.º 8447, 20 de julho de 2005 - Dispõe sobre o plano de cargos e carreira da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, e suas alterações.	53
5. Lei Municipal n.º 7.231, de 14 de novembro de 1983, que institui a Fundação Papa João XXIII e suas alterações.....	74

Noções de Informática

1 Conceitos e fundamentos básicos.	01
2 Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus).	01
3 Identificação e manipulação de arquivos.	01
4 Backup de arquivos.	01
5 Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU) e disco de armazenamento HDs, CDs e DVDs).	01
6 Periféricos de computadores.....	01
7 Ambientes operacionais: Utilização dos sistemas operacionais Windows XP Profissional e Windows 7.	28
8 Conceitos básicos sobre Linux e Software Livre.	46
9 Utilização dos editores de texto (Microsoft Word e LibreOffice Writer).	53
10 Utilização dos editores de planilhas (Microsoft Excel e LibreOffice Calc).	91
11 Utilização do Microsoft PowerPoint.....	151
12 Utilização e configuração de e-mail no Microsoft Outlook.	160
13 Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet e Intranet, busca e pesquisa na Web, Mecanismos de busca na Web,	164
14 Navegadores de internet: Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome.	164
15 Segurança na Internet, Vírus de computadores, Spyware, Malware, Phishing.....	199
16 Transferência de arquivos pela internet.....	199

Conhecimentos Específicos

1. Educação e Sociedade.....	01
2. Teorias da educação.....	02
3. Projeto pedagógico, planejamento e planos.	02
4. Função Social do educador.....	06
5. Concepções de conhecimento.	07
6. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96 e suas alterações).	09
7. Teorias da aprendizagem.	24
8. Avaliação da aprendizagem.....	28
9. Metodologias ativas.	29
10. Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.....	30
11. Processo de ensino-aprendizagem.....	32
12. O construtivismo e o sócio-interacionismo.	33
13. Os ambientes emateriais pedagógicos, os equipamentos e os recursos tecnológicos a serviço da aprendizagem.....	37
14. Problemas de aprendizagem.....	38
15. O reforço e a recuperação: parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem para atendimento à diversidade de características, de necessidades e de ritmos dos alunos.	38
16. Educação ambiental.....	39
17. Educação inclusiva.....	39

SUMÁRIO

18. Educação tecnológica	52
19. Disciplina escolar.....	53
20. Prática pedagógica.....	55
21. Corporeidade e aprendizagem.....	58
22. Psicologia e Educação:.....	59
22.1. Psicologia como ciência.....	59
22.2. Psicologia do desenvolvimento: fases de desenvolvimentos.....	59
22.3. Psicologia da aprendizagem.....	59
22.4. Avaliação aluno x aprendizagem x professor.....	59
22.5. Problemas de aprendizagem.....	59
23. Políticas de atendimento às crianças e adolescentes em condições de risco: prostituição, abuso sexual, abrigados, exploração do trabalho.....	60
24. Ética e Cidadania: natureza humana, cidadania e liberdade, dignidade e respeito à vida escolar como instrumento de formação do cidadão.....	66
25. Orientação Sexual na infância.....	67
26. Direitos humanos.....	68

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Pedagogo

1. Educação e Sociedade.....	01
2. Teorias da educação.....	02
3. Projeto pedagógico, planejamento e planos.....	02
4. Função Social do educador.....	06
5. Concepções de conhecimento.....	07
6. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96 e suas alterações).....	09
7. Teorias da aprendizagem.....	24
8. Avaliação da aprendizagem.....	28
9. Metodologias ativas.....	29
10. Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.....	30
11. Processo de ensino-aprendizagem.....	32
12. O construtivismo e o sócio-interacionismo.....	33
13. Os ambientes emateriais pedagógicos, os equipamentos e os recursos tecnológicos a serviço da aprendizagem.....	37
14. Problemas de aprendizagem.....	38
15. O reforço e a recuperação: parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem para atendimento à diversidade de características, de necessidades e de ritmos dos alunos.....	38
16. Educação ambiental.....	39
17. Educação inclusiva.....	39
18. Educação tecnológica.....	52
19. Disciplina escolar.....	53
20. Prática pedagógica.....	55
21. Corporeidade e aprendizagem.....	58
22. Psicologia e Educação:.....	59
22.1. Psicologia como ciência.....	59
22.2. Psicologia do desenvolvimento: fases de desenvolvimentos.....	59
22.3. Psicologia da aprendizagem.....	59
22.4. Avaliação aluno x aprendizagem x professor.....	59
22.5. Problemas de aprendizagem.....	59
23. Políticas de atendimento às crianças e adolescentes em condições de risco: prostituição, abuso sexual, abrigados, exploração do trabalho.....	60
24. Ética e Cidadania: natureza humana, cidadania e liberdade, dignidade e respeito à vida escolar como instrumento de formação do cidadão.....	66
25. Orientação Sexual na infância.....	67
26. Direitos humanos.....	68

1. EDUCAÇÃO E SOCIEDADE.

Primeiramente serão abordadas as contribuições da educação para a sociedade. Sendo que as duas se complementam, porque uma depende da outra para conseguirem abranger as novidades. As quais são causa e consequência das transformações que ocorrem no mundo, principalmente as novas tecnologias. Pois, a área tecnológica é um fator, o qual tem muito a ser desvendado pela educação e pela sociedade, entre muitos outros que permeiam e até preocupam as duas.

Buscando apoio nas obras de importantes autores como Leandro Konder, Edgar Morin... Autores que retratam nas suas obras a relação entre a educação e sociedade, as quais fazem e sempre farão parte da realidade, estando ininterruptamente em desenvolvimento. É nesse desenvolvimento que é dado um maior enfoque, porque ao seu longo percurso e infinito nos deixa muitas vezes intrigados pelo fato de não sabermos o seu resultado. Ou seja, com nossa sociedade e a educação em pleno desenvolvimento acabamos nos preocupando com o que suas mudanças podem refletir na cultura, política, enfim nas nossas vidas como cidadãos agentes de sua sociedade.

Com todas essas contribuições e transformações ocorrendo em nossa sociedade, poderemos perceber a relação que a educação possui. Mas para que isso ocorra precisamos nos dar conta de tudo o que está ao seu redor, ou seja, dos fatores que contribuem para essa relação. Educação e sociedade não são somente duas palavras interligadas, elas são duas reais formas de buscarmos aquilo que queremos para o futuro de nosso mundo.

Num segundo momento será abordado o papel da escola como instituição de ensino. Onde se observará a sua responsabilidade tanto com a educação, quanto com a sociedade. Também será verificado o verdadeiro objetivo deste trabalho, que é compreender a relação entre estas duas palavras, as quais possuem uma extensa importância para cada um de nós. E nesse contexto poderemos nos descobrir como seres ativos de sua sociedade, observando nossa própria importância sobre ela.

2 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE

A educação sempre contribuiu para o desenvolvimento da sociedade. A qual busca nas raízes da educação o verdadeiro sentido para sua evolução cultural, principalmente. Pois, é através desta interação que existem contribuições, porque a sociedade só se torna moderna com a evolução da educação. E a própria sociedade tem seu papel nestas contribuições, porque é com seu respaldo que a educação tem procurado assimilar da melhor maneira possível o que está ao seu redor.

Existe uma grande busca de qualidade por parte da educação. Esta não é só uma preocupação da educação, mas também uma exigência da sociedade frente aos avanços tecnológicos e as mudanças nas áreas: econômica e cultural. Principalmente, a tecnologia tem modificado-se a cada dia e isso tem refletido nas escolas, fazendo com que os educadores busquem cada vez mais aprimoramento na área, reforçando assim seu trabalho, pelo fato dos alunos mostrarem muito interesse ao se tratar da tecnologia.

Na área tecnológica, a educação apresenta muito interesse. Entretanto, a política não faz a sua parte, deixando muitas escolas em pleno desenvolvimento tecnológico sem computadores, professores especializados... Além dessa falta de respaldo por parte da política, aquelas escolas que possuem esses recursos acabam sendo roubadas, tomadas pela falta de segurança, através do terror que afeta a sociedade mundial, a violência.

Analisando a função social da educação, Konder (2000, p. 112) afirma que não existe «sociedade humana sem trabalho e sem educação»:

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir, depende da produção, isto é do trabalho. Toda sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo dos seus conhecimentos e da sua experiência, educando-a. Não há sociedade humana sem trabalho e sem educação.

3 O PAPEL DA ESCOLA

A escola como instituição de ensino se restringe há muitos anos. Mesmo com as transformações, pelas quais passou a educação, existe muito para se melhorar, especialmente na questão institucional. Pois, segundo a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996) a educação é perpendicular a todos os membros de uma sociedade. Isto nos demonstra que a educação não é só para uma minoria da sociedade.

Na educação da sociedade, o papel fundamental da escola é planejar juntamente com sua comunidade o PPP (Projeto Político-Pedagógico). Neste deverá ser escrito o que a própria quer desenvolver em seus alunos, isto é, o exemplo de cidadão que formará para interagir com a sociedade. Também deverá ter neste documento os objetivos a serem alcançados no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, a sua filosofia... Conforme Morin (2001, p. 14) "o conhecimento do conhecimento deve aparecer como necessidade primeira, que servirá de preparação para enfrentar os riscos de permanentes erros e de ilusão, que não cessam de parasitar a mente humana."

Ainda há muito para ser feito em prol da escola. Mas, para que isso ocorra é necessário que busquemos valorizá-la intensamente e no futuro poderemos encontrar com esforços pelo menos o caminho a ser percorrido para que ela se torne ideal. E mesmo que esta busca seja cansativa, ao lembrarmos tudo o que ela fez no passado, conseguiremos compreender o seu papel fundamental de democratização da educação.

3.1 AS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE

Abordando-se a questão social da educação é notório o papel da sociedade sobre esta. Pois, o fato delas estarem interligadas não faz com que esqueçamos das diversas transformações que a sociedade tem passado. Entre estas transformações podem ser consideravelmente lembradas: a democratização da educação, a tecnologia, a evolução da cultura pelas diversidades e respeito às mesmas...

Considerando o papel da educação na atualidade, Edgar Morin (2003, p. 105) alega que a educação "deve reforçar o respeito pelas culturas":

A educação deve reforçar o respeito pelas culturas, e compreender que elas são imperfeitas em si mesmas, à margem do ser humano. Todas as culturas, como a nossa, constituem uma mistura de superstições, ficções, fixações,

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Pedagogia

saberes acumulados e não-criticados, erros grosseiros, verdades profundas, mas essa mescla não é discernível em primeira aproximação e é preciso estar atento para não classificar como superstições saberes milenares, como, por exemplo, os modos de preparação do milho no México, que por muito tempo os antropólogos atribuíram a crenças mágicas, até que se descobriu que permitiam que o organismo assimilasse a lisina, substância nutritiva que, por muito tempo, foi o seu único alimento. Assim o que parecia irracional? respondia a uma racionalidade vital.

Atualmente a educação tem exercitado mais a democracia e a cidadania. Pois, computadores estão sendo inseridos no ambiente escolar, alunos estão tendo mais contato com as novas tecnologias, entre estas a internet, a qual se tornou um recurso imprescindível para alunos e professores. Os próprios professores utilizam este recurso para inovar suas aulas e fazer com que seus alunos tenham mais interesse pelos conteúdos. Segundo Costa (2002), ao enfrentarmos as metodologias, acabamos nos deparando com a ciência que é um pensamento impregnado de parâmetros, os quais fazem todos discernir o certo do errado, por exemplo. Por esses motivos, estão cada vez mais repensando a prática pedagógica, fazendo com que as aulas sejam para os alunos mais agradáveis e interessantes. E isso vem trazendo novas possibilidades para a sociedade com mais conhecimento às culturas, uma educação mais democrática e igualitária, onde todos os cidadãos possuem o direito de usufruírem, por exemplo, das novas tecnologias...

As novas tecnologias tem sido as maiores fontes de transformação da sociedade, porque é partindo desse pressuposto que a educação tem promovido progressos. Estes progressos estão elevando a sociedade a um patamar incalculável de conhecimento. E esse é o resultado da democratização que a educação tem passado ao longo dos anos, ao respeito às diferenças e valor às culturas.

Fonte: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/educaoesociedade/index.php?pagina=1>

2. TEORIAS DA EDUCAÇÃO.

Para compreendermos como acontece a aprendizagem é preciso direcionar a ação educativa na direção de conhecimentos teóricos aprofundados. Para isso é necessário haver estudos teóricos que possam direcionar o professor ao conhecimento dos mecanismos de aprendizagem.

Muitas vezes o professor não é capaz de descrever com exatidão a teoria que o orienta, todavia, as suas ações podem mostrar evidenciar essa teoria. Já que, seu conceito de aprendizagem e seu posicionamento teórico estão presentes na forma como ele traça os objetivos e as técnicas que irá utilizar na sua ação didática.

Os estudos mostram que existem duas grandes linhas da teoria da aprendizagem, a comportamental que entendem a aprendizagem como uma de mudança do comportamento através de estímulos e respostas e a cognitiva que percebem a aprendizagem como algo capaz de modificar conceitos, percepções e padrões de pensamento através de uma organização interior. Temos alguns especialistas que contribuíram para o desenvolvimento da pedagogia e suas teorias:

- Skinner: acredita na modelagem do comportamento, no condicionamento operante e na influência do meio-ambiente no comportamento. Valoriza o acúmulo de conhecimentos e de práticas sociais. O educando é um ser passivo e receptor de informações e o educador um controlador da aprendizagem.

- Freinet: a criança constrói através do fazer e refazer das atividades, sendo a educação a serviço da causa social. A aprendizagem é feita através da ação experimental e da valorização do erro e do acerto. O educando assume o papel de pesquisador e autônomo na construção do seu conhecimento. Já o educador é um estimulador de transformações sociais e educacionais.

- Bruner: relaciona a aprendizagem às situações já vivenciadas, ressaltando a importância do pensamento intuitivo. Existe o cultivo de uma excelência do produto da aprendizagem. O educando é um participante ativo na busca do desenvolvimento intelectual e o educador incentivador da aprendizagem.

- Vygotsky: há uma relação entre pensamento e linguagem, estimulando a consciência crítica e o respeito às potencialidades. O aluno é visto como sujeito da aprendizagem e o centro do processo, sendo o educador o responsável pela compreensão desse processo.

- Piaget: sua teoria é baseada na pesquisa da evolução mental da criança e nas fases evolutivas da aquisição de conhecimentos. O processo educacional pode se dar através da vivência concreta e dos jogos. O educando é agente da aprendizagem e o professor o organizador das situações.

- Paulo Freire: acredita que deve haver o compartilhar do saber através de um processo de mútua troca do saber. O educador deve conduzir o aluno na percepção da leitura do mundo que o cerca, pois só é possível conquista o saber se aprendermos a analisar o mundo em que vivemos.

Fonte: <https://www.infoescola.com/pedagogia/teorias-e-especialistas-da-educacao/>

3. PROJETO PEDAGÓGICO, PLANEJAMENTO E PLANOS.

Preliminares

A lei 9.394/96 no inciso I do Artigo 12 estabelece que, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica: o Projeto Político Pedagógico (PPP).

O que é e para que serve o PPP?

Constitui-se em um documento produzido como resultado do diálogo entre os diversos segmentos da comunidade escolar a fim de organizar e planejar o trabalho administrativo-pedagógico, buscando soluções para os problemas diagnosticados.

O PPP, além de ser uma obrigação legal, deve traduzir a visão, a missão, os objetivos, as metas e as ações que determinam o caminho do sucesso e da autonomia a ser trilhado pela instituição escolar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Pedagogia

Como se faz o PPP?

Considerada a legislação vigente e orientada, sobretudo, pelo Parecer CEE 405/2004, a escola, representada pelos diferentes segmentos que constituem sua comunidade, diagnóstica a realidade administrativo-pedagógica, social, estrutural e educacional e, a partir dos dados resultantes do diagnóstico, traçam objetivos, propõe metas, planeja ações para que, ao longo de um período letivo, alcance sucesso na aprendizagem do aluno.

Este é um processo fundamental para o êxito da escola: a cultura do diagnóstico e da avaliação (como tomada de decisão) em movimentos de ação, reflexão sobre a ação, e ressignificação de ação.

Fazer o PPP implica em planejamento de todas as atividades no âmbito escolar, execução das ações previstas, avaliação do processo e retomada. Isto somente é possível se instituída a prática do registro e da reflexão sobre ele.

Projeto Político Pedagógico Professor

Introdução

Este Projeto Político-Pedagógico (PPP) é uma ferramenta de planejamento, orientação e construção de diretrizes para a rede pública de ensino do Distrito Federal e, como tal, requer que as políticas e ações propostas sejam referência para o trabalho desenvolvido para todas as instâncias.

Devido a sua dinamicidade o PPP requer uma avaliação/reestruturação a partir de novas ações que devem ser implantadas.

Cabe-nos esclarecer que optamos pelo termo PPP por acreditar que neste documento estão expostas, para além de diretrizes pedagógicas ou operacionais, a nossa concepção de educação compromissada com a formação integral do educando, a sustentabilidade humana como princípio das políticas públicas que se propõe efetivar, enfim, nossas opções de ação pedagógica e política frente aos desafios que devem ser transpostos na busca de uma educação com qualidade social para a população do Distrito Federal.

Contudo, não se pode confundir o PPP da SEDF com o PPP das unidades escolares, pois o primeiro não substituirá os demais. Precisamos compreender o presente documento como norteador dos Projetos Político Pedagógicos a serem construídos coletivamente por todos os segmentos atuantes na comunidade de cada unidade escolar, pautados na perspectiva apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 – LDB, de que as unidades escolares, respeitando as normas e propostas de seus sistemas de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar suas propostas pedagógicas, dentro dos preceitos da gestão democrática.

Concepção de Educação, Missão e Objetivos Institucionais.

Segundo o marco normativo brasileiro, é princípio e finalidade da educação a formação de cidadãos. Tanto a Constituição Federal como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB estabelecem que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O cidadão pleno é aquele que consegue exercer, de forma integral, os direitos inerentes à sua condição. A cidadania plena passa a ser, desse modo, um ponto de referência para a permanente mobilização dos sujeitos sociais.

Pensar sobre o papel que a educação cumpre na atualidade requer pensar sua função, sua organização e o envolvimento dos sujeitos. Requer, sobretudo, pensar nas realidades que vivem e convivem no espaço escolar, considerando o momento em que as desigualdades e injustiças sociais expõem os equívocos de um modelo de desenvolvimento econômico e social que visa apenas ao lucro imediato de uma minoria (GADOTTI, 2000) e transforma as relações humanas em relações de mercado.

Esse modelo, fruto das políticas capitalistas, leva as pessoas a um processo de personalização e competitividade que alteram o modo de ver, entender e agir – ou não agir – na vida, no qual as aspirações e a realização individuais estão fortemente vinculadas aos imediatismos que se refletem no consumo descartável (LIPOVETSKY, 2007), em uma lógica de felicidade efêmera, que dura o tempo que o objeto de consumo durar ou até que um novo surja.

Marca indelével desse modelo, em todo o mundo, é o abismo cada vez maior entre pobres e ricos; entre os excessivamente alimentados e os que sofrem de fome crônica; entre os moradores de palácios e os sem-teto de não centrada apenas na liberdade individual em detrimento da justiça social e da vida em coletividade.

A ideia de sustentabilidade humana parte da ressignificação do conceito de homem e de mulher como força de trabalho, para quem as relações se restringiam ao próprio capital e à luta de classes, e de uma concepção de ser humano e sociedade como elementos inseridos dentro da natureza, e não dela apartados, cujo bem-estar não se limita à satisfação dos aspectos estéticos e fisiológicos, mas, sobretudo, busca os aspectos éticos e as relações minimamente justas e de convivência pacífica.

O raciocínio sustentável exige a busca pelo bem-estar “sociocósmico” (BOFF, 1995), para o qual não basta que o humano esteja bem atendido em seus direitos e necessidades básicas, sem que também o estejam os demais seres e elementos da natureza, posto que, juntos, constituem a comunidade planetária.

Há, ainda, que se pensar o uso racional dos recursos tecnológicos e das fontes de energia como componentes indispensáveis a uma vida sustentável.

Os resíduos industriais, o despejo de metais pesados na natureza, o consumo de combustíveis fósseis e a mecanização da mão de obra em larga escala são alguns dos resíduos degradantes da política capitalista que inviabilizam a sustentabilidade humana, práxis para a racionalização de tecnologias e matrizes energéticas limpas, em um movimento que busca o equilíbrio entre ser humano, ambiente e tecnologias, que complementam o processo de sustentabilidade.

É este o grande desafio da educação do presente: transformar a sociedade, conduzindo o processo de transição para uma humanidade sustentável. Essa construção só se torna possível por meio de uma pedagogia que se preencha de sentido, como projeto alternativo global, em que a preocupação não está centrada na preservação da natureza ou no impacto da intervenção humana sobre os ambientes naturais, mas em um novo modelo de civilização, sustentável, implicando uma mudança radical nas estruturas econômicas, sociais e culturais vigentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Pedagogia

Essa mudança está ligada a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje (BENFICA, 2011), em prol da felicidade real, interna, que depende do exercício da alteridade e, portanto, da solidariedade como prática democrática. A construção de outra sociedade deve ser a meta primordial da educação formal, que transcende os muros da escola.

Formalmente, a escola é o espaço determinante para que se concretize a ação educativa. Nesse sentido, Petitat (1994) explicita que a escola serve tanto para reproduzir a ordem social como para transformá-la, seja intencionalmente ou não. Além disso, a escola é o espaço de socialização de crianças, jovens, adolescentes, adultos e idosos, bem como espaço de difusão sociocultural; e também é um espaço no qual os sujeitos podem se apropriar do conhecimento produzido historicamente e, por meio dessa apropriação e da análise do mundo que o cerca, em um processo dialético de ação e reflexão sobre o conhecimento, manter ou transformar a sua realidade.

A escola é uma instituição social que pode ocasionar mudanças diante das lutas ali travadas, por meio de sua prática no campo do conhecimento, das atitudes e dos valores, de articular e desarticular interesses (FRIGOTTO, 1999). Por essa razão, não se deve perder de vista a ideia de que as ações pedagógicas refletem as concepções, estejam elas explícitas ou não.

O papel da educação no espaço escolar requer o fim da ingenuidade sobre as disputas ideológicas ali presentes. As ações, democráticas ou autoritárias, revelam a formação oferecida. Por isso, é preciso questionar sobre a escola que temos e a escola que queremos construir e isso implica problematizar as ações, articular os segmentos que desempenham suas funções e, como proposto pela gestão democrática, favorecer as instâncias coletivas de participação.

Dessa forma, proporcionar uma educação que possibilite o desenvolvimento do pensamento crítico, que problematize a realidade e a comunidade, que reconheça o território de influência da escola no desempenho de sua função de formadora de sujeitos históricos é, a nosso ver, o caminho para fazer uma educação que seja transformadora da realidade.

De forma mais abrangente, uma rede de ensino necessita que sua ação e seu trabalho sejam orientados por uma linha, uma concepção de educação.

A SEDF entende que a educação deve ser referenciada pela formação integral do ser humano. Em outras palavras, a educação deve contemplar as diversas dimensões que formam o humano, não apenas os aspectos cognitivos. Deve reconhecer que, como sujeitos de direitos e deveres, é imprescindível que se oportunize aos estudantes o despertar de outras dimensões, entre elas: a ética, a artística, a física, a estética e suas inter-relações com a construção social, mental, ambiental e integral do desenvolvimento humano.

Por essa razão, o processo educativo deve se pautar na realidade, entendida como algo não acabado e sobre a qual podemos intervir. Essa intervenção deve caminhar pela integração entre a escola e sua comunidade na perspectiva de compreensão da área de abrangência próxima como território que intervém na formação dos sujeitos, proporcionando uma educação que extrapola a mera aprendizagem cognitiva e observa a integralidade humana.

Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano.

[...] A educação, como constituinte do processo de humanização, que se expressa por meio de mediações, assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria-prima da constituição da vida pessoal e social (GUARÁ, 2006).

A educação oferecida deve reconhecer, assim, a necessidade de uma articulação intersetorial entre a escola, a comunidade, os movimentos sociais, o sistema produtivo local, as associações, clubes e o poder público, pelo reconhecimento de que a educação acontece em diferentes esferas, tempos e espaços para construção de um projeto que tenha a justiça social e a justiça ambiental como referência.

A educação integral pode ser vista sob dois aspectos: como concepção e como processo pedagógico. Como concepção, visa à formação humana em suas múltiplas dimensões. Em outras palavras, não é possível educar sem reconhecer que os sujeitos se constituem a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética, estética, que, pela complexidade das relações que se estabelecem entre todos os elementos que coabitam a Terra, dialoga amplamente com as dimensões ambientais e planetárias, em um novo desenho das relações humanas e sociais. Vista dessa forma, a Educação requer que estejam integrados e sejam ampliados, de forma qualitativa, espaços, tempos, saberes e conteúdos.

Como processo pedagógico, a educação integral prevê práticas não dicotomizadas, que reconhecem a importância dos saberes formais e não formais, a construção de relações democráticas entre pessoas e grupos, imprescindíveis à formação humana, valorizam os saberes prévios, as múltiplas diferenças e semelhanças e fazem de todos nós sujeitos históricos e sociais.

A educação deve ser fomentada a partir da realidade dos sujeitos envolvidos no trabalho realizado, realidade esta que não se restringe ao campo das relações humanas e sociais entendidas apenas como as relações entre humanos. Deve conectar os saberes construídos historicamente, associados aos saberes construídos pela comunidade, e que incorporam uma nova mentalidade, um novo jeito de ser, estar e se relacionar no mundo, para que nela adquiram sentido e sirvam como mobilizadores de ações e atitudes, visando à formação solidária fundada no respeito, na autonomia, a favor do bem comum e da transformação social, numa perspectiva de construção de consciências de corresponsabilidade para com o futuro do planeta e a sobrevivência das gerações futuras.

A ação educativa deve ir além das aprendizagens de conteúdos formais, reconhecendo diferentes espaços, etapas, tempos e ferramentas educativas para que se consiga superar a distância entre o que se constrói dentro e fora da escola, porque

[...] o sujeito produtor de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal; pelo contrário, é um sujeito ativo que, em sua relação com o mundo, com seu objeto de estudo, reconstrói (no seu pensamento) este mundo. O conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar do homem (REGO, 2002).

A aprendizagem é um processo que se desenvolve com a maturidade natural do organismo humano, com o contato com a cultura produzida historicamente e por meio das relações sociais mediatizada pelo mundo (FREIRE, 2003).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Pedagogo

Portanto, não se desconsideram os espaços formais e tradicionais de construção do conhecimento, pois é preciso ressignificá-los do ponto de vista dos ambientes e dos materiais, bem como ampliar o leque de possibilidades para além dos espaços escolares, construindo um pacto pedagógico, no qual escola e comunidade assumam responsabilidades socioeducativas na perspectiva de construção do território educativo.

A educação, nesse sentido, deve reconhecer práticas dialógicas entre os sujeitos para o respeito aos direitos e à dignidade humana, de forma que, participativa e democraticamente, se tenha a garantia da cidadania ativa.

Para efetivação dessa proposta, a escola necessita reorganizar o seu trabalho, seu planejamento, sua coordenação coletiva. Reconstruir a relação entre o sujeito e o conhecimento, para subverter a lógica que separa pessoas e saberes, prazeres e descobertas, respeito e diferenças. Reconhecer que democracia, solidariedade e liberdade devem orientar o trabalho pedagógico.

Há ainda que se considerarem as novas formas de ensinar e aprender que, a exemplo da transcendência espacial, requerem a conexão com as novas realidades do tempo presente, como o diálogo com as novas tecnologias. Construto importante do conceito de sustentabilidade humana, o uso racional e pacífico com as tecnologias deve permear as relações pedagógicas, a partir dos instrumentos e materiais de apoio e mediação pedagógica.

Levy (1999) nos alerta que qualquer projeção a ser feita sobre o futuro da educação e das sociedades deve considerar as novas relações com o saber, dada a velocidade com que os saberes são renovados e os meios que estão a esse serviço.

O número de crianças que têm acesso a computadores e à internet, por exemplo, vem aumentando consideravelmente, na mesma proporção em que a faixa etária de iniciação tecnológica diminui sensivelmente. Antes domínio dos adolescentes, hoje as tecnologias digitais fazem parte do universo infantil desde a mais tenra idade. Já na primeira infância, crianças manipulam, com naturalidade, aparelhos celulares e computadores de mão de seus pais, (JORDÃO, 2009), familiarizando-se rapidamente com os utilitários da atualidade.

Chamadas "nativas digitais", essas crianças ingressam na escola não apenas habituadas aos aparatos tecnológicos, mas também a uma nova rotina, deles advinda, que lhes permitem desenvolver diversas atividades ao mesmo tempo. Para elas é usual ouvir música no MP3 player, enquanto enviam mensagens pelo celular, acessam sites, baixam fotos, realizam a pesquisa encomendada pelo professor e, ainda, aprendem (MARTINS, 2009).

As novas formas de acesso à informação (hiperdocumentos, mecanismos de busca, software, redes sociais, etc.), os novos estilos de raciocínio e de conhecimento, que não advêm da dedução lógica ou da indução a partir da experiência, compõem o campo das tecnologias intelectuais que são facilmente reproduzidas ou transferíveis e compartilhadas entre inúmeros indivíduos, aumentando consideravelmente o potencial de inteligência coletiva (LEVY, 1999).

Neste novo contexto, a sala de aula tradicional, que guarda identidade com a metáfora da transmissão/aquisição do conhecimento, ganha novos contornos. O arrojo das tecnologias educacionais associado ao gerenciamento de atividades guiadas pela participação, que priorizam a noção de conhecimento como construção e colaboração (PAIVA, 2010), remetem a práticas inovadoras, que rompem com a aula objetivista e buscam uma mudança de paradigma, apoiando-se em novas ferramentas, como os ambientes virtuais de aprendizagem (PAIVA, 2010).

Os ambientes virtuais de aprendizagem proporcionam ao estudante uma diversidade de ferramentas de comunicação e experiências desafiadoras, mais elaboradas e em redes colaborativas.

A atuação do professor, nesse contexto, deve superar uma visão reducionista das tecnologias digitais numa perspectiva meramente técnica, e centrar-se no acompanhamento e na gestão das aprendizagens, que se traduzem no incitamento às trocas de saberes, na mediação relacional e simbólica, na condução personalizada pelas rotas de aprendizagem, constituindo uma relação dialógica que leva em consideração as diferentes formas de aprender dos alunos (LEVY, 1999).

A modernização dos processos educativos, concebidos em um projeto de sustentabilidade humana, prevê o suporte do Estado para a efetivação de suas ações, abrangendo tanto a aquisição de computadores de última geração para estudantes e professores, quanto o apoio formativo para a otimização de seu uso.

Consolida-se assim, a educação com a visão da integralidade humana a qual prenuncia a gestão democrática, o planejamento e a construção coletiva como exercício fundamental, para que os profissionais e estudantes sejam favorecidos no desenvolvimento de práticas pedagógicas que ultrapassem o simples diálogo entre os saberes, provocando uma nova práxis do trabalho educativo e da reorganização dos processos de aprendizagens.

Outros fatores agregam-se a esse processo de construção da educação, entre eles a intersetorialidade e a participação estudantil. O entendimento de intersetorialidade surge pelo fato de a educação ser um compromisso de todos – governo, sociedade civil e comunidades pertencentes à ampla rede de instituições que circundam a escola. Portanto, requer ações coletivas e organizadas em função das aprendizagens e do reconhecimento da escola como espaço de referência da ação social e da construção de territórios educativos.

Já a participação estudantil diz respeito à importância democrática de garantir o direito dos estudantes de serem participantes do processo educativo e da vida da comunidade. As deliberações da escola devem contar com a participação de seus estudantes, que são os sujeitos para os quais a escola organiza suas ações.

Como já enunciado, o entendimento de educação integral não se pode resumir a ampliação do tempo de permanência do estudante na escola. Apesar de esse fator ser importante para a melhoria na qualidade da educação, não é só isso que dará conta de tal papel.

Associados à proposta de ampliação de tempo, visamos, ainda, à ressignificação e ampliação de espaços e tempos escolares, de modo a oportunizar a aprendizagem do cidadão em suas múltiplas dimensões e na perspectiva da sustentabilidade humana, da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade.